

Ccent. 71/2025

TEAK BV*TEAK S.A.*Semani Yorgancilar*Gülfem Perçin / Vórtex*Yorglass

**Decisão de Inaplicabilidade
da Autoridade da Concorrência**

[alínea a) do n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio]

17/09/2025

Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.

**DECISÃO DE INAPLICABILIDADE
DA AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA**

**Processo Ccent/2025/71 – TEAK BV*TEAK S.A.*Semani Yorgancilar*Gülfem Perçin /
Vórtex*Yorglass**

1. OPERAÇÃO NOTIFICADA

1. Em 20 de agosto de 2025, com produção de efeitos a 25 de agosto de 2025, foi notificada à Autoridade da Concorrência (“AdC”), nos termos do artigo 44.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio (“Lei da Concorrência”), a operação de concentração que consiste na aquisição, pelas Teak Capital, B.V. (“Teak”), Semavi Yorgancilar e Gülfem Perçin (“Acionistas Yorgancilar”) (“Notificantes”), do controlo conjunto sobre a Yorglass Endüstriyel Cam Sanayi ve Ticaret Anonim Şirketi (“Yorglass”) e sobre a Vetrerie Riunite, S.p.A. (“VR”) (“Adquiridas”) (em conjunto, as “Partes”).¹
2. As atividades das Partes são as seguintes:
 - **Teak** – empresa que pertence ao Grupo Teak e que tem atividade na prestação de serviços de consultoria estratégica e de gestão, bem como na administração profissional de um portefólio diversificado de investimentos.Segundo as Notificantes, o Grupo Teak terá realizado, em 2024, cerca de €[<5] milhões em Portugal.²

¹ No momento prévio à operação notificada: (i) a Teak e a Tangor Capital, S.A. (“Tangor”) detêm, cada uma, uma participação de 50% da Vortex Holdings S.r.l. (“Vortex”), que, por sua vez, detém 100% do capital social da VR; e (ii) os Acionistas Yorgancilar detêm 100% do capital social da Yorglass.

A operação notificada traduzir-se-á na aquisição: (i) pelos Acionistas Yorgancilar, de 50% do capital da Vortex; (ii) pela Teak, de uma participação de 25% do capital da Yorglass. Ademais, a Tangor ainda irá adquirir 25% do capital social da Yorglass.

Após a conclusão da operação notificada: **[CONFIDENCIAL – matéria contratual]**.

Segundo as Notificantes, o conselho de administração (“CA”) da Yorglass e da VR será composto **[CONFIDENCIAL – matéria contratual]**.

[CONFIDENCIAL – matéria contratual].

Atendendo a isto, as Notificantes entendem que tanto os Acionistas Yorgancilar como a Teak terão controlo conjunto sobre as Yorglass e VR, uma vez que ambas podem obstar à formação do CA e, consequentemente, à adoção de decisões estratégicas das Adquiridas.

² Conforme o §7 da presente decisão, a AdC entende que este valor se encontra subestimado, na medida em que, como resulta do procedimento Ccent. 66/2023 – Teak*Tangor/VOV, a Teak (a par da Tangor) terá a possibilidade de exercer uma influência determinante sobre a atividade económica das BA Glass e Cerealis.

Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.

- **Acionistas Yorgancilar** – cidadãos de nacionalidade turca cuja atividade corresponde à detenção da Yorglass.
- **Yorglass** – empresa com atividade sobretudo no processamento de vidro industrial e comercialização de vidro plano, através de unidades industriais localizadas na Turquia.

Nos termos e para os efeitos do artigo 39.º da Lei da Concorrência, a Yorglass realizou, em 2024, cerca de €[<5] milhões em Portugal.

- **VR** – empresa especializada na produção de vidro de soda-cal e de vidro borossilicato, tendo como principal foco as janelas de vidro para grandes eletrodomésticos, complementado por uma gama residual de produtos próprios para forno e componentes para pequenos eletrodomésticos.

A VR não realizou qualquer volume de negócios, em 2024, em Portugal.

3. A operação notificada configura uma concentração de empresas³ na aceção da alínea b) do n.º 1 do artigo 36.º da Lei da Concorrência, conjugada com a alínea a) do n.º 3 do mesmo artigo, não se encontrando, no entanto, sujeita à obrigatoriedade de notificação prévia, porquanto não preenche nenhuma das condições previstas no n.º 1 do artigo 37.º da Lei da Concorrência, conforme se explicará *infra*.

2. OBRIGATORIEDADE DE NOTIFICAÇÃO

5. A obrigatoriedade de notificação prévia de uma concentração de empresas à AdC decorre do preenchimento de, pelo menos, uma das alíneas do n.º 1 do artigo 37.º da Lei da Concorrência, a saber:

Conforme também resulta dessa decisão, em função desse controlo conjunto, ao volume de negócios da Teak deveria ser imputado 50% do valor de volume de negócios das Cerealis e BA Glass. No âmbito do presente procedimento, as Notificantes não apresentaram qualquer elemento novo que permitisse contrariar a posição assumida pela AdC a este respeito no processo Ccent. 66/2023 – Teak*Tangor/VOV.

Não obstante, como se verá adiante, a aferição do correto volume de negócios da Teak, para efeitos do artigo 39.º da Lei da Concorrência, não terá qualquer impacto no sentido da presente decisão de inaplicabilidade.

³ O facto de estar em causa a aquisição de duas empresas distintas não prejudica a unidade da operação notificada. Com efeito, resulta dos §§38 e seguintes de Comunicação consolidada da Comissão em matéria de competência ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 139/2004 do Conselho relativo ao controlo das concentrações de empresas ("Comunicação Consolidada") que "*é adequado considerar como uma única concentração operações que apresentam ligações estreitas na medida em que sejam objecto de um laço condicional*". Por sua vez, os §§44 e 46 da Comunicação esclarecem que a aquisição paralela de empresas distintas pode constituir uma única concentração desde que haja uma ligação condicional entre elas.

[CONFIDENCIAL – matéria contratual].

Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.

- a) em consequência da sua realização se adquira, crie ou reforce uma quota igual ou superior a 50% no mercado nacional de determinado bem ou serviço, ou numa parte substancial deste;
- b) em consequência da sua realização se adquira, crie ou reforce uma quota igual ou superior a 30% e inferior a 50% no mercado nacional de determinado bem ou serviço, ou numa parte substancial deste, desde que o volume de negócios realizado individualmente em Portugal, no último exercício, por pelo menos duas das empresas que participam na operação de concentração seja superior a 5 milhões de euros, líquidos de impostos com estes diretamente relacionados;
- c) o conjunto das empresas que participam na concentração tenha realizado em Portugal, no último exercício, um volume de negócios superior a 100 milhões (1.^a condição) de euros, líquido dos impostos com este, diretamente relacionados, desde que o volume de negócios realizados, individualmente, em Portugal por, pelo menos, duas dessas empresas seja superior a 5 milhões de euros (2.^a condição).

Quanto às alíneas b) e c) do n.º 1 artigo 37.º da Lei da Concorrência

- 6. As Notificantes indicaram, no Formulário de Notificação, que o Grupo Teak terá tido um volume de negócios de €[<5] milhões, em 2024.
- 7. A AdC entende que este valor se encontra subestimado. Com efeito, no âmbito do procedimento Ccent. 66/2023 – Teak*Tangor/VOV, a AdC concluiu que a Teak e a Tangor detinham controlo conjunto, de facto, sobre a Cerealis e sobre a BA Glass, pelo que considerou que o volume de negócios da Teak deveria incorporar os valores provenientes das Cerealis SGPS, S.A. e BA Glass.^{4,5}
- 8. Mais se nota que, no âmbito do presente procedimento, as Notificantes não apresentaram quaisquer elementos que permitam contrariar a conclusão que a AdC adotou nesse processo, em como a Teak teria controlo conjunto sobre as empresas referidas.
- 9. Não obstante, mesmo que se considere o volume de negócios da Teak devidamente calculado em conformidade com o artigo 39.º da Lei da Concorrência e se preencha a 1.^a condição da alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei da Concorrência, respeitante ao volume de negócios *conjunto* das empresas que participam na concentração, tal não afeta a conclusão pela não sujeição a notificação prévia da presente operação.
- 10. De facto, a 2.^a condição da alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei da Concorrência, relativa ao volume de negócios *individual* de, pelo menos, duas empresas, não se verificaria, porque

⁴ Vide decisão da AdC no processo Ccent. 66/2023 – Teak*Tangor/VOV, em particular §71.

⁵ De acordo com a decisão da AdC no processo Ccent. 66/2023 – Teak*Tangor/VOV, a Teak realizou, em Portugal, em 2022, um volume de negócios de cerca de €[>100] milhões, tendo sido incorporados, nesse valor, €[>100], correspondentes a 50% do volume de negócios das Cerealis e BA Glass.

Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.

nenhuma das outras empresas envolvidas na concentração (i.e. Acionistas Yorgancilar, VR e Yorglass) excede um volume de negócios de €5 milhões em Portugal.

11. Assim, e considerando ainda que se trata de duas condições cumulativas, conclui-se que a alínea c) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei da Concorrência não se encontra preenchida.
12. Pode ainda excluir-se a verificação da alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei da Concorrência, uma vez que esta alínea também exige que pelo menos duas empresas participantes na concentração tenham um volume de negócios que exceda €5 milhões em Portugal.

Quanto à alínea a) do n.º 1 artigo 37.º da Lei da Concorrência

13. Atendendo às atividades das Adquiridas, que correspondem essencialmente à produção e comercialização de vidro, as Notificantes entendem que, para efeitos da operação notificada, poderá ser considerado o mercado de produção e fornecimento de vidro para eletrodomésticos, equipamentos comerciais e utensílios de mesa.
14. No que respeita à alínea a) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei da Concorrência, quanto à VR, as Notificantes indicam que esta não gerou qualquer volume de negócios em Portugal, pelo que não terá qualquer quota de mercado no território nacional.
15. Relativamente à Yorglass, as Notificantes estimam que a sua quota no potencial mercado relevante, em Portugal, será inferior a 5%⁶, não havendo qualquer sobreposição horizontal entre as atividades da Yorglass e Notificantes.⁷
16. Assim, a operação notificada também não cumpre o critério de notificação constante da alínea a) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei da Concorrência.

Conclusão

17. Conforme resulta do *supra* exposto, a operação notificada não cumpre qualquer das alíneas do n.º 1 do artigo 37.º da Lei da Concorrência, pelo que não se encontra sujeita a obrigação de notificação prévia à AdC.

⁶ Cf. Esclarecimento das Notificantes de 04.09.2025, com o n.º de registo E-AdC/2025/4745.

⁷ Adicionalmente, note-se que a BA Glass tem como atividade, sobretudo, a produção e comercialização de embalagens de vidro. A AdC considerou anteriormente um mercado autónomo de produção e venda de embalagens de vidro (*vide* decisões da AdC nos processos Ccent. 26/2008 – BA Glass / Sotancro, §31 e Ccent. 33/2003 – Bar-Bar-Idade Glass/Fábrica de Vidros Barbosa & Almeida).

A Yorglass não se encontra nesse mercado. Por isso, mesmo que se considerasse as atividades da BA Glass, a operação notificada não resultaria num acréscimo da quota de mercado da mesma, pelo que, nesse cenário, não se preencheria a alínea a) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei da Concorrência.

Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.

3. AUDIÊNCIA DE INTERESSADOS

18. Nos termos do n.º 3 do artigo 54.º da Lei da Concorrência, foi dispensada a audiência prévia dos autores da notificação, dada a ausência de terceiros interessados e o sentido da decisão, que não é desfavorável às Notificantes.

4. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO

19. Face ao exposto, o Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 19.º dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto, delibera adotar uma decisão de inaplicabilidade à operação de concentração, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 50.º da Lei da Concorrência, uma vez que a mesma não se encontra abrangida pela obrigação de notificação prévia a que se refere o artigo 37.º deste diploma.

Lisboa, 17 de setembro de 2025

O Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência,

X

Nuno Cunha Rodrigues
Presidente

X

Miguel Moura e Silva
Vogal

X

Ana Sofia Rodrigues
Vogal

Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.

Índice

1. OPERAÇÃO NOTIFICADA	2
2. OBRIGATORIEDADE DE NOTIFICAÇÃO	3
3. AUDIÊNCIA DE INTERESSADOS	6
4. DELIBERAÇÃO DO CONSELHO	6

Nota: indicam-se entre parêntesis retos [...] as informações cujo conteúdo exato haja sido considerado como confidencial.